

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.728.453 - CE (2018/0052099-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA  
**RECORRIDO** : SOCIEDADE DAS AREIAS COLORIDAS EMPREENDIMENTOS  
IMOBILIARIOS S.A  
**ADVOGADOS** : ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO - CE008502  
DÉBORAH SALES BELCHIOR - CE009687  
FÁBIO SILVEIRA GURGEL DO AMARAL - CE015329  
CAIO CESAR VIEIRA ROCHA - CE015095  
WILSON SALES BELCHIOR - AL011490  
LETÍCIA TORQUATO DE MENEZES - CE030391

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. EMBARGO EFETUADO PELO IBAMA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE EXISTÊNCIA DE DUNAS FIXAS E MÓVEIS NO TERRENO. LICENÇA AMBIENTAL QUE SÓ PERMITE A CONSTRUÇÃO EM ÁREA DESPROVIDA DE VEGETAÇÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO LEGAL NO EMBARGO. INOBSERVÂNCIA DO RECUO MÍNIMO DE CEM METROS A QUE SE REFERE O ART. 2º, 'G', DO CÓDIGO FLORESTAL. FATO COMPROVADO EM VISTORIA TÉCNICA. MANUTENÇÃO DO EMBARGO NESSA PARTE. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO.

1. Apelação interposta contra sentença que julgou improcedente pretensão voltada à invalidação de embargo administrativo realizado pelo IBAMA em relação ao empreendimento denominado 'Areias Coloridas Resort', situado no município de Beberibe/CE.

2. A matéria em debate na presente demanda já foi analisada por esta Quarta Turma nos autos do AGTR n. 103710/CE (Rel. Des. Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ [conv.], j. 15/06/2010, DJE 17/06/2010, p. 483), interposto pela ora apelante contra decisão do Juízo de origem que havia indeferido o pleito liminar.

3. O licenciamento ambiental consignou expressamente que haviam tais formações naturais, mas que o projeto pretendia preservar-lhes: a) 'considerando que os setores a serem edificadas estão representados por dunas desprovidas de vegetação'; b) 'considerando que na

implantação de acessos serão aproveitados os trechos mais planos e que não apresentem vegetação, evitando-se, assim, o desmatamento e a terraplanagem.

4. Por outro lado, não há no laudo técnico elaborado pelo IBAMA qualquer

referencia a uma área específica do empreendimento que esteja passando por dunas fixas, mas apenas que: a) 'os 3 setores acima compreendem áreas onde ocorrem dunas fixas e móveis legalmente definidas...' (fls. 177); b) 'ao longo do campo de dunas onde estão previstas as intervenções para a instalação dos setores 1,2 e 3 do empreendimento, encontram-se áreas mais rebaixadas, os chamados corredores preferenciais de deflação, ou blowouts (anexo 4.1)'; c) a área onde está prevista a construção da via de acesso que liga as áreas 2 e 3 compreende dunas fixas e móveis' (fls. 176/184 e 211/222).

5. Por tais razões, o embargo, no tocante à alegação genérica de existência de dunas fixas e móveis no local, embora formalmente fundamentado, não goza de amparo legal pois não subsistem os argumentos nele apontados por partirem de premissa juridicamente equivocada. Nada impede, insisto por derradeiro, que o IBAMA retorne sua fiscalização e proceda a novo embargo contra um fato específico, como, por exemplo, que a construção está devastando ou aplainando uma duna, ou um conjunto especificado de dunas com cobertura vegetação originária. 6. Já a segunda referência contida no laudo de vistoria técnica, qual seja, a de que o não houve o respeito no denominado setor misto do empreendimento (setores 1 e 2) do recuo mínimo de cem metros a que se refere o art. 2º, 'g', do Código Florestal (Lei nº 4.771/65), essa sim possui firme embasamento legal, ainda mais porque diz a lei de regência que se trata de área de preservação permanente automática.

7. Ademais, diferentemente do outro tópico, o laudo de vistoria técnica aqui goza de plena presunção veracidade já que descreve uma objetiva contextualizada situação de incompatibilidade com a regulamentação ambiental, a qual, por depender de pelo menos alguma aceitável análise probatória não poderia ser discutida nessa estrita via recursal, onde o conjunto probatório ainda não adquiriu sua plenitude.

8. Apelação parcialmente provida, mantendo-se o embargo da obra apenas dentro do raio de trinta metros necessários para a obediência do recuo de cem metros da borda do tabuleiro a norte dos setores 1 e 2 do empreendimento, nos termos do laudo de vistoria técnica levado a efeito pelo IBAMA" (fls. 429/430e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 433/439e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 1.022, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

2. A Turma julgadora firmou o entendimento de que o licenciamento ambiental, no que diz respeito ao empreendimento denominado 'Areias Coloridas Resort', levou em conta que os setores a serem edificados estão representados por dunas desprovidas de vegetação, assim como na implantação de acessos serão aproveitados os trechos mais planos e que não apresentem vegetação, evitando-se, assim, o desmatamento e a terraplanagem e, por fim, que não há no laudo técnico elaborado pelo IBAMA qualquer referência a uma área específica do empreendimento de que esteja passando por dunas fixas, nada impedindo, por outro lado, que a referida autarquia retorne sua fiscalização e proceda a novo embargo contra um fato específico, como, por exemplo, que a construção está devastando ou aplainando uma duna, ou um conjunto especificado de dunas com cobertura de vegetação originária.

3. No tocante ao recuo em relação às beiras das falésias, não há que se falar em omissão ou obscuridade, visto que o acórdão foi claro quanto ao fato de que, nos termos do laudo de vistoria técnica levado a efeito pelo IBAMA, o empreendimento em discussão estava observando o recuo de 70 (setenta) metros, de modo que foi mantido 'o embargo à obra apenas dentro do raio de trinta metros necessários para a obediência do recuo de cem metros...'.

4. A pretensão de rediscutir tal entendimento não se insere nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, devendo ser formulada em recurso próprio à rediscussão do mérito.

5. Embargos improvidos" (fls. 446/447e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e b**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1º, §2º, II, 2º, 'f', 3º, 'b', 4º, §7º e 18 da Lei 4.771/65, 3º, VIII, IX, X, 4º, VI, 7º §§1º e 2º, 8º da Lei 12.651/12 e 64 da lei 9.605/98, sustentando que: a) "não é apenas a vegetação situada em

determinadas áreas que corresponde a área de preservação permanente, mas sim as próprias áreas em si mesmas, 'cobertas ou não por vegetação nativa' (fl. 453e); b) "de acordo tanto com o antigo quanto do novo e vigente Código Florestal, a restinga, que é composta de dunas e coberta ou não de vegetação, é área de preservação permanente" (fl. 454e).

Por fim, requer "que seja dado provimento ao presente recurso, para o fim de que se reforme o acórdão ora recorrido, e para que seja restabelecido o termo de embargo administrativo imposto pelo IBAMA contra a empresa recorrida" (fl. 460e).

Contrarrazões a fls. 464/478e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 482e).

O Ministério Público, por meio do parecer de fls. 492/502e, opina pelo provimento do Recurso Especial.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, com o objetivo de obter "a anulação do embargo administrativo ambiental do empreendimento denominado AREIAS COLORIDAS RESORT, na praia de Morro Branco, Beberibe, Ceará" (fl. 316e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, tendo o Tribunal local dado parcial provimento à sua Apelação.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, cumpre destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos arts. 1º, §2º, II, 2º, 'f', 3º, 'b', 4º, §7º e 18 da Lei 4.771/65, 3º, VIII, IX, X, 4º, VI, 7º §§1º e 2º, 8º da Lei 12.651/12 e 64 da lei 9.605/98, relativos à tese de que a restinga, que é composta de dunas e coberta ou não de vegetação, é área de preservação permanente. Nesse caso, deveria a parte recorrente ter apontado, nas razões do Recurso Especial, afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando possível omissão. Não o fazendo, torna-se inviável o conhecimento do Recurso Especial.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal **a quo**").

Quanto à interposição do Recurso Especial pela alínea **b**, cumpre ressaltar que a parte recorrente não demonstrou de forma clara e fundamentada como o Tribunal **a quo** teria julgado "válido ato de governo local contestado em face de lei federal", atraindo o óbice da Súmula 284/STF.

Além disso, acerca da controvérsia, constou do acórdão recorrido:

"Assim, sendo apenas essa a fundamentação demonstrada pelo IBAMA em seu laudo de vistoria técnica, não subsiste por falta de

amparo legal, já que não descreve qualquer fato específico em desfavor da parte agravada. Insisto no ponto: a alegação é puramente genérica no sentido de que no terreno há dunas móveis e fixas, enquanto que o licenciamento foi expresso em dizer que os setores a serem edificados seriam apenas os relativos às dunas desprovidas de vegetação, inclusive em relação aos corredores de acesso (fls. 131 dos autos).

(...)

Ora, a prevalecerem os argumentos do IBAMA o que estará existindo é um embargo (e mesmo assim genérico) formulado contra o ato de licenciamento motivado tão-somente por uma discussão jurídica sobre a diretiva regulamentar aplicável, que, como visto, já foi superada. Caso o IBAMA apure quando de ulteriores atos de construção uma iminente agressão às áreas não passíveis de interferência humana, que o demonstre e proceda a novo embargo, aí sim baseado em ato concreto de agressão ambiental.

Por tais razões, o embargo nesse ponto, embora formalmente fundamentado, não goza de amparo legal pois não subsistem os argumentos nele apontados por partirem de premissa juridicamente equivocada. Nada impede, insisto por derradeiro, que o IBAMA retorne sua fiscalização e proceda a novo embargo contra um fato específico, como, por exemplo, que a construção está devastando ou aplainando uma duna, ou um conjunto especificado de dunas com cobertura vegetação originária" (fl. 426e).

Desse modo, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que não merece subsistir o embargo, por falta de amparo legal, já que não descreve qualquer fato específico em desfavor da parte recorrida, exigiria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC") e, considerando a sucumbência recíproca estabelecida pelas instâncias ordinárias, majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, devido ao advogado da parte recorrida, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, sendo vedada a compensação, nos termos do § 14 do aludido dispositivo legal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora